

COMENTÁRIOS – POLÍCIA MILITAR

COMENTÁRIOS DE PORTUGUÊS ELABORADOS PELO PROFESSOR ERNANI PIMENTEL DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

ERNANI PIMENTEL

Ex-seminarista, gramático, com formação em Língua Portuguesa, Latim, Grego e Lingüística, professor de Análise de Texto, com formação em Teoria e em Análise Literária. É pesquisador de Língua Portuguesa há mais de quarenta anos e autor de mais de 10 mil páginas didáticas e de livros que são *best-sellers* nessa área.

Observação: No decorrer dos comentários, apontam-se livros e capítulos, editados pela Vestcon Editora, de autoria do Professor Ernani Pimentel. A seguir, as siglas e os nomes dos respectivos livros: GpP = Gramática pela Prática; ASV = Análise Sintática Visual; IIT = Intelecção e Interpretação de Textos.

QUESTÃO 1

COMENTÁRIO:

Entende-se, Concebe-se e Considera-se não têm como sujeito **A população**. Os três verbos estão na voz passiva sintética ou pronominal e têm como sujeito, respectivamente: “que policial militar é um trabalhador...”, “que o exercício de sua atividade caracteriza uma profissão...” e “a polícia como uma profissão pelo conjunto de atividades...” (GpP, Verbo, Vozes, Passiva Sintética, Mudança de Voz. ASV, Agente da Passiva, Se como Apassivador e Índice de Indeterminação do Sujeito).

QUESTÃO 2

COMENTÁRIO:

Pode-se deduzir isso do trecho “Júlio Cônsul... afirma que o trabalho de policial militar se caracteriza pela percepção, pelas expectativas e pela retórica” (IIT, Informações Básicas, Interpretação).

QUESTÃO 3

COMENTÁRIO:

A ideia essencial ou principal do texto está expressa no último parágrafo e não a valorização do policial como um profissional que... (IIT, Informações Básicas, Interpretação).

QUESTÃO 4

COMENTÁRIO:

A parte do terceiro parágrafo que anuncia o que será detalhado posteriormente é “Essa atividade comporta o aspecto instrumental e o conhecimento técnico-operativo, descritos a seguir.” (IIT, Informações Básicas, Intelecção).

QUESTÃO 5

COMENTÁRIO:

Todo esse parágrafo é uma enumeração de informações e de petrechos (ou apetrechos). (IIT, Narração, Descrição, Dissertação).

QUESTÃO 6

COMENTÁRIO:

O primeiro parágrafo é muito mais sintético que o terceiro e este acrescenta várias informações ao primeiro. O último parágrafo é de natureza dissertativa e, não, narrativa. (IIT, Informações Básicas, Intelecção. IIT, Narração, Descrição, Dissertação).

QUESTÃO 7

COMENTÁRIO:

O texto informa que se criou o NUPAS para atender os funcionários, familiares e dependentes, mas não explica nem justifica por que. (IIT, Informações Básicas, Intelecção).

QUESTÃO 8

COMENTÁRIO:

A pergunta inicial é apenas um motivo para levantar curiosidade e apresentar-se a informação a seguir. Trata-se de recurso de natureza fática. (IIT, Funções da Linguagem).

QUESTÃO 9

COMENTÁRIO:

A rigor, a palavra NUPAS, por ter sido criada pelas iniciais de Núcleo de Psicologia e Assistência Social é exemplo de sigla e, não, de abreviatura ou abreviação. As siglas, preferencialmente, são grafadas com maiúsculas: FAO, OTAN, ONU...

QUESTÃO 10

COMENTÁRIO:

Se for acrescentada a preposição “a” logo após o verbo no trecho escolhido, ter-se-á “para atender **aos** seus funcionários”, onde não há possibilidade de crase nem do seu sinal indicativo, que é o acento grave. (GpP, Crase).

QUESTÃO 11

COMENTÁRIO:

Há duas possibilidades de concordância: 50% das sindicâncias foram reduzidos ou 50% das sindicâncias foram reduzidas. (GpP, Concordância Verbal e Concordância Nominal).

QUESTÃO 12

COMENTÁRIO:

Está-se falando aí do uso do ponto-e-vírgula para separar orações, quando uma delas já faz uso de vírgulas em seu interior. (GpP, Pontuação).

QUESTÃO 13

COMENTÁRIO:

No texto “são tratadas vítimas de alcoolismo, pessoas com dificuldades familiares”, o segundo termo “pessoas com dificuldades familiares” tem um significado muito mais abrangente do que apenas “vítimas de alcoolismo”. Na alternativa “vítimas de alcoolismo, pessoas com dificuldades familiares são tratadas”, o primeiro termo “vítimas de alcoolismo” é um aposto explicativo de “pessoas com dificuldades familiares”, que funciona como sujeito. Nesse caso, as **pessoas com dificuldades familiares** são as **vítimas de alcoolismo**. (ASV, Aposto e Sujeito Composto).

QUESTÃO 14

COMENTÁRIO:

Não há erro de ortografia, pontuação, concordância ou regência. GpP, Ortografia, Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal, Pontuação

QUESTÃO 15

COMENTÁRIO:

Não há erro de ortografia, pontuação, concordância ou regência. (GpP, Ortografia, Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal, Pontuação).

COMENTÁRIOS DE ATUALIDADES ELABORADOS PELO PROFESSOR JÚLIO CÉSAR DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS**Júlio César**

Licenciado em História pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrado em história econômica na Universidade de Campinas (Unicamp) não concluído. O professor possui vários cursos de especialização nas áreas de História e Sociologia, além de participar ativamente de Seminários, Congressos, Conferências e Encontros por todo o Brasil. Autor de várias obras direcionadas a concursos públicos, nas disciplinas de História do Brasil, História Geral e Atualidades (Conhecimentos Gerais). Atualmente publica pela Editora Vestcon, materiais sobre Atualidades, para vários concursos em todo o Brasil. O professor é o moderador de um grupo de discussão e trabalho, voltado para a concurso público, na área de atualidade. Endereço na internet: <http://br.groups.yahoo.com/group/atualidadesconcursos/>

QUESTÃO 16

COMENTÁRIO:

Antes de comentar o item em si, atente à dica: o examinador do Cespe tem uma tendência a cobrar assuntos correlatos às atividades do órgão contratante, por exemplo: no caso de órgãos policiais, o tema em geral vincula-se à segurança.

O item é um exemplo claro de questão muito bem formulada pela banca. Atualmente, existem organizações criminosas que conseguem atuar em várias regiões do mundo, tais como as ligadas ao tráfico internacional de drogas ilícitas, de armas e lavagem de dinheiro. Essas organizações fazem uso das mais modernas tecnologias disponíveis no mundo, principalmente, nos setores de telecomunicações e transportes.

A globalização apresenta como um de seus elementos básicos a integração econômica dos povos e uma de suas características principais na atualidade é a enorme velocidade em suas transações comerciais pelo mundo, por meio da utilização de modernas tecnologias nos setores de transportes e telecomunicações. Essa característica é comum em algumas atividades criminosas.

QUESTÃO 17

COMENTÁRIO:

A principal motivação para que o tráfico de drogas ilícitas esteja atuante no mundo e mantenha um crescimento permanente é a grande capacidade de aquisição de lucros rapidamente adquiríveis. Assim, claro está que o tráfico de drogas ilícitas se associa a outras atividades criminosas, também bastante lucrativas, tais como: o comércio de armas

e lavagem de dinheiro. No entanto, o tráfico de drogas ilícitas não é motivado por essas outras práticas criminosas, pois ele apresenta motivação própria, qual seja: o lucro fácil e rápido.

QUESTÃO 18

COMENTÁRIO:

Vou reafirmar uma dica que sempre dou em sala: quando o examinador disser: “citado no texto”, deve-se partir da premissa de que a afirmação expressa no item tem de estar necessária e obrigatoriamente presente diretamente no texto. Dessa forma, preste muito atenção se realmente a afirmação está expressa no texto, pois, às vezes, o examinador faz uma afirmação correta, no entanto, ela não se encontra efetivamente dita no texto. Nos casos em que o enunciado do item for: “infere-se do texto” ou “conclui-se do que fora dito”, há uma situação na qual o examinador extrapola ao que se encontra expressamente escrito no texto analisado; portanto, exige-se do candidato uma capacidade de inferência sobre o tema proposto no texto.

O PCC (Primeiro Comando da Capital) é realmente uma facção criminosa que fora criada por presos em 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté (a 130 km de SP), tida naquela época como a prisão mais segura do Estado. O PCC foi criado supostamente para defender os direitos dos presidiários, porém atualmente se configura como uma organização criminosa que atua em vários estados do Brasil.

QUESTÃO 19

COMENTÁRIO:

Sim, o tráfico de drogas ilícitas associa-se a outras atividades criminosas, tais como: o tráfico internacional de armas, a lavagem de dinheiro e a corrupção, principalmente, de integrantes dos órgãos de repressão do Estado, assim como a participação de empresários que facilitam a comercialização das drogas pelo mundo.

QUESTÃO 20

COMENTÁRIO:

Atenção: a palavra-chave nesse item é **independentemente**, pois a Polícia Federal (PF) não atua sem autorização de autoridade judiciária competente. A PF atua como uma polícia judiciária, quando do cumprimento de determinações do Poder Judiciário, como, por exemplo: o cumprimento de mandado de prisão. Por outro lado, a PF tem também sua função de polícia investigativa, momento em que atua na investigação de determinada infração penal, conforme exposto no art. 144 da Constituição Federal:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

*I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; **Polícia Investigativa***

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. **Polícia Judiciária**”.

QUESTÃO 21

COMENTÁRIO:

O Estado de Mato Grosso faz fronteira, sim, com a Bolívia. Observe que o que está sendo perguntado não é um conhecimento de atualidades propriamente, mas, sim, conhecimentos geográficos. Por isso, dê uma olhada atenta em vários mapas. Sugiro que observe mais atentamente as seguintes Regiões: Oriente Médio, Europa, América do Sul e, é claro, o Brasil.

Entretanto, chamo sua atenção para um ponto: o examinador, às vezes, pode fazer questões bem simples, o que, em algumas situações, leva o candidato a acreditar na existência de alguma indução ao erro. No entanto, atente-se para o fato de que as questões são geralmente divididas em níveis que vão do fácil ao mais aprofundado.

QUESTÃO 22

COMENTÁRIO:

O tráfico de drogas ilícitas é, sim, um dos responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade no Brasil nesses últimos anos. Analisemos o seguinte: a criminalidade sempre foi vista como uma das resultantes da pobreza e miséria. Mas é importante ressaltar que, apesar de os últimos anos terem sido marcados pela redução da pobreza e da miséria (graças ao crescimento da economia brasileira, à elevação do salário mínimo acima da inflação, à diminuição do desemprego, ao aumento do emprego formal e aos programas sociais governamentais – como o *Bolsa-Família*), os índices de criminalidade não foram reduzidos, ao contrário: apresentaram crescimento. Isso, em larga medida, deve-se ao fato, justamente, de o Brasil ter se tornado uma rota do tráfico internacional de drogas ilícitas, assim como de ter aumentado bastante o consumo interno de drogas, tanto nos grandes, médios como pequenos municípios.

QUESTÃO 23

COMENTÁRIO:

O exemplo bem claro do afirmado pode ser observado no que vem acontecendo nas comunidades periféricas e nas favelas do Rio de Janeiro, onde, com a ausência do Poder Público naquilo que seria sua função (segurança, saúde, educação e saneamento básico, dentre outros) os grupos criminosos acabam assumindo esses papéis e, por isso, acabam aumentando ainda mais o seu poder junto a essas comunidades.

QUESTÃO 24

COMENTÁRIO:

Mesmo que possamos crer que uma ação de policiamento efetiva, rigorosa e permanente pudesse eliminar as ações criminosas nas fronteiras brasileiras –o que não corresponde à opinião majoritária dos especialistas da área – essa afirmação não encontra respaldo no texto.

QUESTÃO 25

COMENTÁRIO:

Todas as informações do item estão totalmente falsas. Como exemplo podemos citar o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC, sigla em inglês), que mostra que o Brasil lidera índices de consumo no mercado mundial, com aumento do consumo de cocaína, maconha e *ecstasy*. O Relatório Mundial sobre Drogas de 2008 informa que o Brasil tem cerca de 870 mil usuários de cocaína e que o consumo aumentou de 0,4% para 0,7% entre pessoas de 12 a 65 anos, no período entre 2001 e 2004, o que equivale a um crescimento de cerca de 75%. Em primeiro lugar, nas Américas encontram-se os Estados Unidos da América com cerca de seis milhões de consumidores e, em segundo lugar, o Brasil, com 870 mil usuários. O consumo de maconha subiu de 1% para 2,6%, o maior aumento da América Latina no período entre 2001 e 2005, cerca de 160% de acréscimo. Em relação ao *ecstasy*, a ONU não dispõe de dados específicos. No entanto, pode-se ter uma conclusão decorrente do aumento do número de apreensões realizadas no País a de que o seu consumo encontra-se também em crescimento.

COMENTÁRIOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO ELABORADOS PELO PROFESSOR JOSIMAR PADILHA DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Josimar Padilha

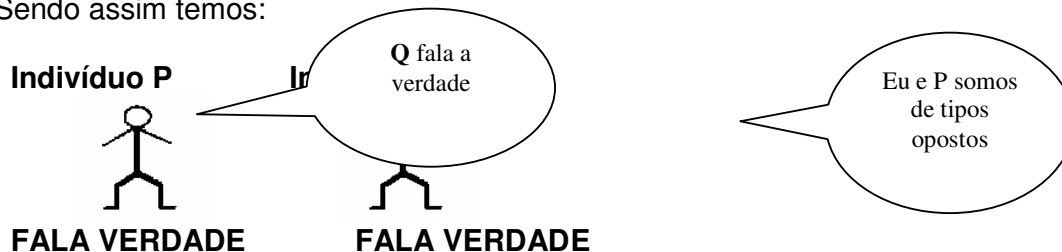
Professor de Matemática e Raciocínio Lógico para concursos, coordenador e professor de Matemática do Colégio Militar Dom Pedro II. Ministra palestras de Raciocínio Lógico para as áreas Empresarial, Motivacional e Comercial.

QUESTÃO 26

COMENTÁRIO:


Nessa questão, temos apenas dois tipos de indivíduos, logo aplicaremos o seguinte método (**experimentação**): primeiro, atribuiremos a P que ele fale **sempre a verdade**, então realizaremos a análise, se houver alguma contradição, atribuiremos a P que ele **sempre fale a mentira**. Uma das hipóteses dará certo, de acordo com as **leis do pensamento**.

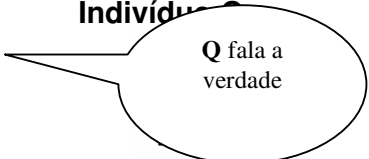
Sendo assim temos:

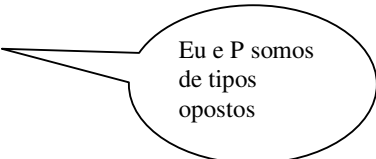


1. Atribuindo a P $\rightarrow V$ (verdade), acreditaremos no que ele disser, pois fala a verdade; logo, ao falar que Q fala a verdade, teremos que **Q falará a verdade também (v)**.

ANALISANDO: Quando Q afirma que ele e P são tipos opostos, o ele entra em **contradição**, o que não deveria acontecer, pois ele só fala a verdade, logo esta análise está **inválida**.

Indivíduo P  **FALA MENTIRA**

Indivíduo Q  **FALA MENTIRA**



2. Atribuindo a $P \rightarrow F$ (mentira), temos o oposto do que ele disse, pois ele sempre mente, logo $\rightarrow Q$ mentirá também, e ao mentir disse que P fala a verdade, o que é mentira, pois Q é mentiroso; logo, os **dois mentem**. E assim podemos concluir que os dois mentem. O item está correto.

QUESTÃO 27
COMENTÁRIO:

Comentário :

Vamos resumir o texto da seguinte forma
FP= ficha preta FB= ficha branca

	FP	FB
1ª Pessoa	F	V
2ª Pessoa	V	F

Supondo que a 1ª pessoa FALA A VERDADE, temos:

1ª Pessoa (Fala a verdade)

V(Carrega ficha branca) ao falar que “nossas fichas não são da mesma cor”, é verdade, pois uma pessoa que fala a verdade não pode mentir; logo, a ficha da 2ª pessoa deverá ser preta. Sendo a ficha da 2ª pessoa preta, ela deverá falar a verdade. Verificando, temos: “Nossas fichas são da mesma cor”, diz a 2ª pessoa, o que é verdade, algo que não pode acontecer, pois uma pessoa que fala a verdade não pode mentir. “Princípio da não-contradição”.

Supondo que a 1ª pessoa FALA MENTIRA, temos:

1ª pessoa (Fala mentira)

F(Carrega ficha preta) ao falar que “nossas fichas não são da mesma cor”, é mentira, pois uma pessoa que fala mentira não pode falar a verdade; logo, a ficha da segunda pessoa será preta. Sendo a ficha da segunda pessoa preta, ela deverá falar a verdade. Verificando, temos: “Nossas fichas são da mesma cor”, diz a 2ª pessoa, o que é verdade; logo, os dois possuem fichas da mesma cor.

1ª Pessoa – FP (F)
2ª Pessoa – FP (V)

O item está certo.

QUESTÃO 28
COMENTÁRIO:

A frase 3 não é uma proposição, pois se trata de uma pergunta, ou seja, uma sentença aberta.

QUESTÃO 29

COMENTÁRIO:

Para julgar o item, é necessário realizar a divisão proposta no diálogo. O número falado por Ana é divisível por três, em que o resto da divisão é zero. Logo, a frase (5) é verdadeira, pois Mauro realizou a divisão errada.

QUESTÃO 30

COMENTÁRIO:

Por mais que se trate de uma sentença exclamativa, podemos valorar, uma vez que ele não sabe dividir conforme o desenvolvimento do episódio. O pensamento é valorado.

QUESTÃO 31

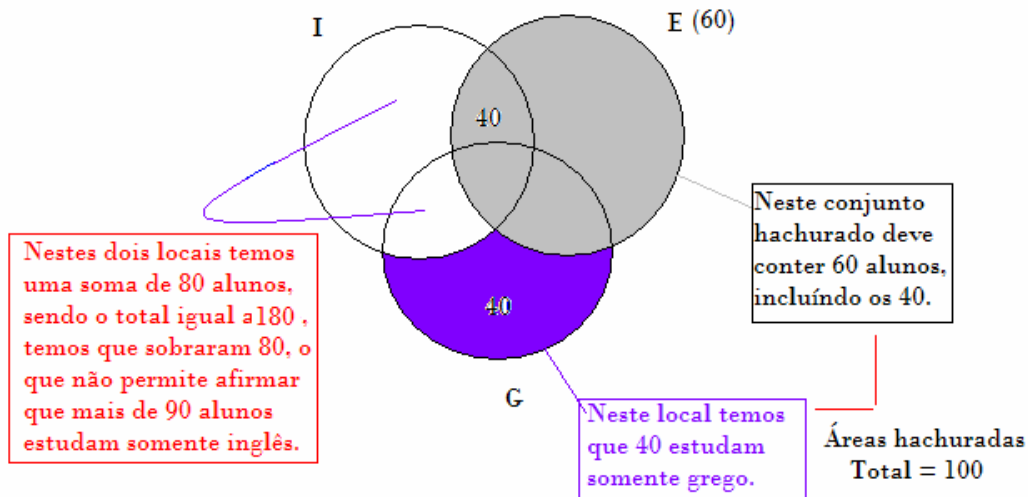
COMENTÁRIO:

Analisando a questão, temos que:

- 180 alunos estudam inglês, espanhol ou grego, vamos representar da seguinte maneira ($I \cup E \cup G$);
- 60 estudam espanhol ($E = 60$);
- 40 estudam somente inglês e espanhol ($(I \cap E) - G$).

Se 40 alunos estudam somente grego, então mais de 90 alunos estudam somente inglês.

Se 40 alunos estudam somente grego, então mais de 90 alunos estudam somente inglês.



Vimos que as duas áreas pintadas totalizam 100 alunos, e restam 80 para preencher os espaços em branco, supondo que a interseção de somente inglês e grego fosse igual a

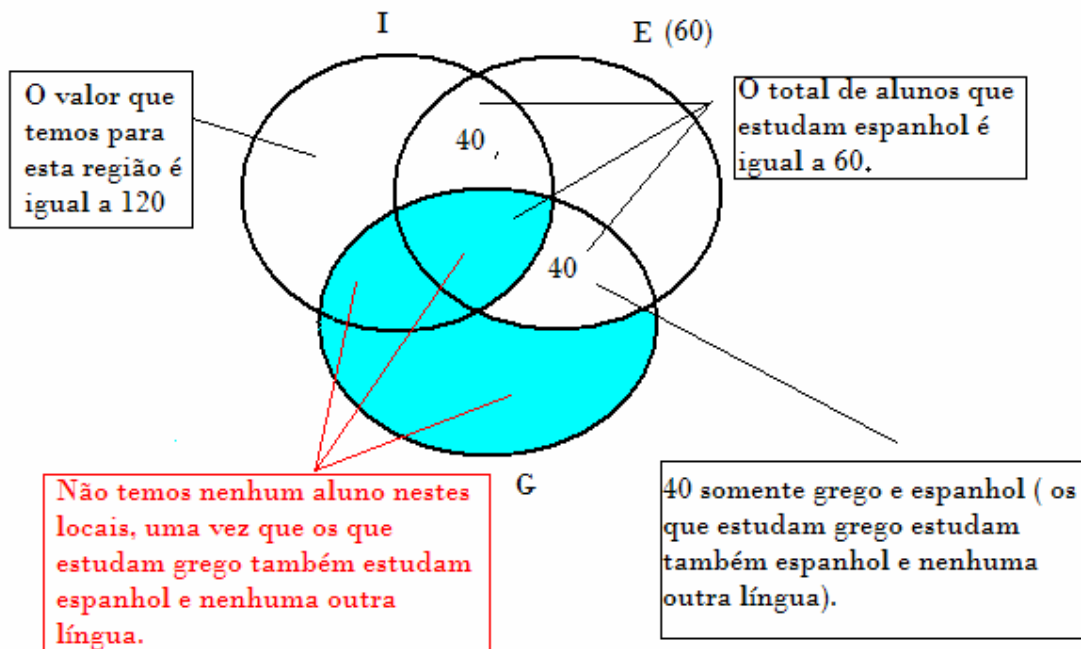
zero, ou seja, não tivesse nenhum aluno, mesmo assim, não teríamos 90 alunos que estudam apenas inglês.

O item está errado.

QUESTÃO 32

COMENTÁRIO:

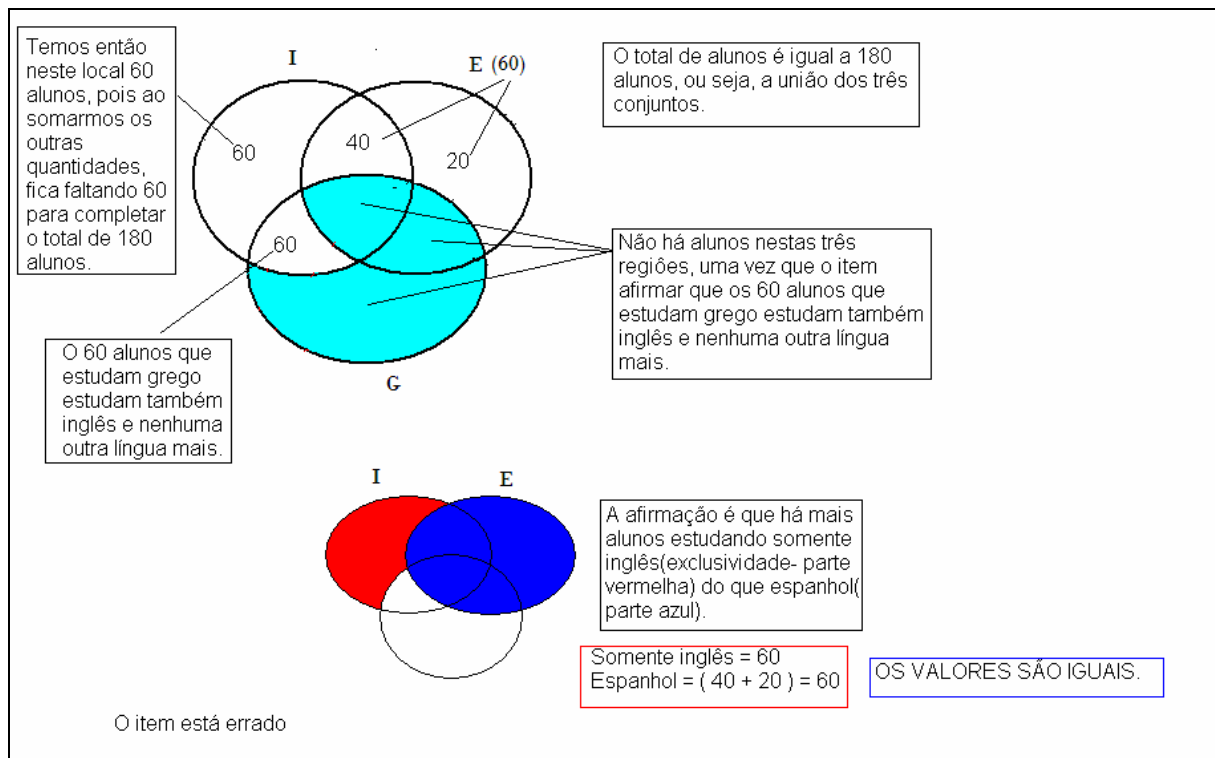
Se os alunos que estudam grego estudam também espanhol e nenhuma outra língua mais, então há mais alunos estudando inglês do que espanhol.



De acordo com o diagrama, o item está certo.

QUESTÃO 33

COMENTÁRIO:



QUESTÃO 34
COMENTÁRIO:

Na questão temos 7 faixas que deverão ser permutadas para se adquirir novas decorações, mas temos faixas de mesma cor, e a troca de posição não produzirá decorações novas. Logo, é interessante fazer uma analogia como uma palavra com letras repetidas, da seguinte maneira:

V V V A A A B

Temos 7 letras(faixas), sendo permutadas: $P_7=7! = 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$

Sabendo que algumas decorações são as mesmas (porque algumas faixas são iguais), temos que retirar as decorações que se repetem; logo, se o princípio utilizado é a multiplicação que gera os novos agrupamentos, temos que dividir para retirar aquilo que se repete, da seguinte maneira:

Número de decorações = $\frac{7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1}{3 \times 2 \times 1 \times 3 \times 2 \times 1}$, no denominador temos (3x2x1 (3!) que se refere às cores verdes que se repetem e, logo após, 3x2x1 (3!) que se referem às cores amarelas que se repetem) .

Uma estratégia é que dividiremos pelo fatorial da quantidade de letras que se repetem. Isto é, temos nesta questão três letras “V” e três letras “A” que se repetem.

Calculando, temos: $\frac{7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1}{3 \times 2 \times 1 \times 3 \times 2 \times 1} = 140$ formas diferentes de decorações.

O item está correto.

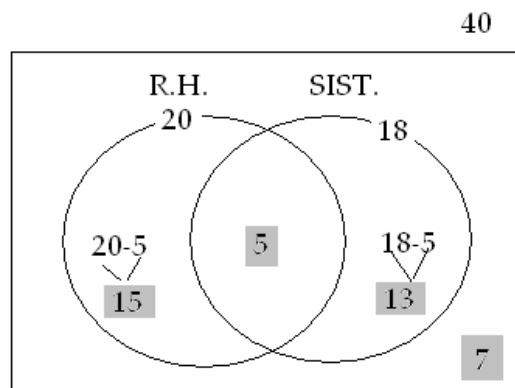
QUESTÃO 35

COMENTÁRIO:

Na questão vimos que intersecção não é vazia, ou seja, construiremos o diagrama para evitar contar funcionários mais de uma vez e para melhor visualização.

Tomando: RH → analistas de recursos humanos;

SIST → analistas de sistemas



Escolhendo-se ao acaso um dos funcionários da repartição, a probabilidade de ele ser apenas analista de recursos humanos é superior a 40%.

A probabilidade de ser **apenas** analista de recursos humanos (15 funcionários):

$$P = \frac{15}{40} = 0,375 = 37,5\%$$

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA ELABORADOS PELO PROFESSOR VÍTOR FIGUEREDO, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Vítor Figueredo

O professor, que leciona Informática, formou-se em Ciências Contábeis na UFRGS. É especialista em sistemas de informação e possui certificação da Microsoft Windows Office, em Corel Draw e Page Maker. Já foi técnico no Banrisul e gestor na Codeplan.

QUESTÃO 36


COMENTÁRIO:

URL (Uniform Resource Locator – Localizador Uniforme de Recursos) é o endereço de um recurso disponível em uma rede; seja a Internet, ou uma rede corporativa, uma intranet. Uma URL tem a seguinte estrutura: protocolo://máquina/caminho/recurso

HTTP (HyperText Transfer Protocol): É o Protocolo de Transferência de Hipertexto, utilizado para transferência de dados na rede mundial de computadores, a World Wide Web. O mesmo transfere dados de hipermídia (imagens, sons e textos).

QUESTÃO 37

COMENTÁRIO:

A função do botão  (página inicial) é exibir a página inicial do navegador, como não há informações a respeito de qual é a página inicial do navegador, não podemos afirmar que a página exibida será <http://www.uol.com.br>.


QUESTÃO 38

COMENTÁRIO:

Banda larga é o nome usado para definir qualquer conexão acima da velocidade padrão dos modems analógicos (56 Kbps). Para o ADSL (uma forma de Banda larga) convencional, as taxas mínimas de download começam em 256 kbit/s, e geralmente atingem 9 Mbit/s dentro de 300 metros da central em que está instalado o sistema. As taxas podem chegar a 52 Mbit/s dentro de 100 metros (o tão chamado VDSL). Taxas de upload começam em 64 kbit/s e geralmente atingem 256 kbit/s. O nome ADSL Lite é, às vezes, usado para versões mais lentas.


QUESTÃO 39

COMENTÁRIO:

Note que é uma questão que envolve muita matemática, pois, de 8 para 10 há um, aumento de 25%, ao clicar no botão  (desfazer), haverá uma redução de 20% (de 10 para 8).


QUESTÃO 40

COMENTÁRIO:

A função do botão  (pincel) é copiar o formato da palavra contida que está selecionada, como a referida palavra não está negritada, a formatação copiada será sem Negrito. Ao selecionar o conteúdo, o negrito será removido, ficando igual à palavra ora selecionada.

QUESTÃO 41

COMENTÁRIO:

Ao se aplicar um clique duplo em alguma palavra do texto, esta será selecionada (somente ela). O botão  (imprimir) imprime uma cópia do documento inteiro e não da seleção. Para imprimir somente a seleção, é necessário abrir a caixa imprimir (menu Arquivo / Imprimir ou CTRL + P).

QUESTÃO 42

COMENTÁRIO:

Estilo é uma combinação de características de formatação, como fonte, tamanho da fonte e recuo nomeados e armazenados como um conjunto. Quando se aplica um estilo, todas as instruções de formatação são aplicadas ao mesmo tempo.

QUESTÃO 43

COMENTÁRIO:

Backup refere-se à cópia de dados de um dispositivo para o outro com o objetivo de posteriormente recuperar os dados, caso haja algum problema. O backup é uma tarefa essencial para todos os que usam computadores e/ou outros dispositivos, tais como máquinas digitais de fotografia, leitores de MP3, etc. Atualmente, os mais conhecidos meios de backups são: CD-ROM, DVD, disco rígido externo e fitas magnéticas. Na prática, existem nos principais Sistemas Operacionais utilitários implementando essa funcionalidade, mas existem inúmeros outros softwares mais poderosos para criação de backups e a posterior reposição.

QUESTÃO 44

COMENTÁRIO:

O Orkut está relacionado ao Crime informático no Brasil e em vários outros países. Recentemente, o escritório do Google no Brasil tem se preocupado com os excessos ocorridos por alguns usuários desrespeitarem as leis brasileiras. Segundo os executivos, a imagem do Google pode ficar comprometida por causa do Orkut. Uma das possibilidades é o fechamento ou limitações do sistema no Brasil, pelas maciças ações na Justiça brasileira. Apesar de as declarações dos advogados do Google certificarem o total respeito aos pedidos da Justiça brasileira, esses não têm sido obedecidos pela empresa. Outros sites americanos, como Yahoo e MSN, têm colaborado sistematicamente com a Justiça em situações semelhantes. Em 2006, uma jovem usuária que se considerou agredida por calúnia e difamação ganhou ação e pode servir de exemplo para outras ações judiciais semelhantes. A Polícia Federal, Ministério Público e organizações dedicadas ao combate ao crime informático têm se ocupado em fortalecer o combate a condutas criminosas de usuários com ações punitivas conforme previsto na lei.

Além da privacidade, existe, ainda, a questão do uso que terceiros poderiam fazer das informações existentes como planejar seqüestros, roubos, golpes e estupros. Sabidamente apenas apagar mensagens deixadas como scrap não protege contra esse tipo de violência, que vem sendo denunciada dia-a-dia na mídia.

QUESTÃO 45

COMENTÁRIO:

Cookies não são vírus e, sim, pequenos arquivos de texto que armazenam informações no computador do usuário. Existem vários tipos de cookies e você pode decidir se permitirá que alguns, nenhum ou todos sejam salvos no computador. Se não quiser salvar cookies, talvez não consiga exibir alguns sites da Web nem tirar proveito de recursos de personalização (como noticiários e previsões meteorológicas locais ou cotações das ações).

QUESTÃO 46

COMENTÁRIO:

O função =soma(B1 + B5) irá exibir como resposta uma mensagem de erro (**#VALOR!**), pois conteúdo de B1 é um texto. Para totalizar o “Número de Empresas Fiscalizadas”, é suficiente digitar **=soma (B1:B5)** e pressionar a tecla **Enter**.

QUESTÃO 47

COMENTÁRIO:

A afirmação é possível e torna o item correto, pois depois de selecionar os intervalos de células A1:A6 (lê-se A1 até A6) e B1:B6 (lê-se B1 até B6), teremos os dados necessários para criação de um gráfico, que pode ser formatado, durante a criação, para exibir dados em percentual.

QUESTÃO 48


COMENTÁRIO:

Comentário: Vamos analisar em partes.

- O conteúdo da célula F4 será = $\$C3+D\4 cujo resultado é 6.
- Ao copiarmos o conteúdo (nesse caso é a fórmula) de F4 para E3 a fórmula será atualizada para a nova posição, pois, as referências mistas podem mudar.
- O que está imediatamente a direita do \$ está fixo.
- Como diferenciar os tipos de referências?
 - Referências mistas são identificadas pelo símbolo de um \$, exemplo **$\$C3$ (o C está fixado pelo \$)**
 - Referências absolutas são identificadas com dois símbolos de \$ exemplo **$\$C\3 (o C e o 3 estão fixados pelo \$)**
 - Referências relativas são identificadas sem símbolo de \$ exemplo **$C3$ (nada está fixado).**
- Como saber a nova fórmula? Verifique o deslocamento (quantas colunas e linhas a mais ou a menos). Da célula F4 para a célula E3, temos uma coluna a menos (da coluna F para coluna E) e uma linha a menos (da linha 4 para a linha 3).
- As partes da referência que podem mudar serão diminuídas de uma coluna e uma linha.
- A referência $\$C3$ irá mudar para $\$C2$ (menos uma coluna e uma linha, o \$C não muda, pois está fixado pelo \$).
- A referência $D\$4$ irá mudar para $C\$4$ (menos uma coluna e uma linha, o \$4 não muda, pois está fixado pelo \$).
- A nova fórmula será = $\$C2+C\4 cujo resultado é 17.

QUESTÃO 49

COMENTÁRIO:

Para renomear o arquivo  **Memorando Nº142007**, poderemos clicar no menu “**Arquivo**”, clicar a opção **Renomear**, digitar o nome desejado e confirmar a operação.

QUESTÃO 50

COMENTÁRIO:

O Active Directory é uma implementação de serviço de diretório que armazena informações sobre objetos em rede de computadores e disponibiliza essas informações a usuários e administradores desta rede. É um software da Microsoft utilizado em ambientes Windows.

O Desfragmentador de disco consolida arquivos e pastas fragmentados existentes no disco rígido do computador de forma a que cada item ocupe um espaço único e contíguo no volume. Como resultado, o sistema pode acessar e salvar arquivos e pastas com mais eficiência. Ao consolidar seus arquivos e pastas, o Desfragmentador de disco também consolida o espaço livre do volume, tornando menos provável a fragmentação de novos arquivos.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E PSICOLOGIA ELABORADOS PELO PROFESSOR CARLOS EDUARDO, DA EQUIPE VESTCONCURSOS

Carlos Eduardo Gonçalves da Silva

Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília e Pós-Graduando na área de Gestão. Atua em Gestão Pública e Administração de Recursos Materiais, é Gerente de Relacionamento de Clientes Exclusivos do Branco do Brasil, Professor Convidado de Administração de Recursos Materiais na Universidade de Brasília e Servidor Público Federal do Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 51

COMENTÁRIO:

As ações de pós-venda vêm ganhando cada vez mais importância no processo de relacionamento, pois tende a valorizar a relação criada entre a organização e seus clientes, tanto ao mostrar o interesse em manter o cliente fiel à empresa, quanto ao dar-lhe o suporte necessário para manter em alta sua satisfação quanto ao produto/serviço adquirido.

QUESTÃO 52

COMENTÁRIO:

Na verdade, a abordagem sistêmica da Administração defende que os elementos que compõem as organizações devem estar reciprocamente relacionados, funcionando de maneira sinérgica em busca do cumprimento de um ou mais objetivos.

QUESTÃO 53

COMENTÁRIO:

Aqui são observados dois importantes conceitos: o primeiro, da Administração como base das organizações, quando se oferece como a ciência do gerenciamento de recursos humanos, intelectuais, materiais e financeiros; o segundo, da organização como um conjunto de recursos gerenciados de forma a se obter um ou mais objetivos.

QUESTÃO 54

COMENTÁRIO:

A centralização, como conceito da Administração, não prepara candidatos para posições mais elevadas – na realidade ela, entre outras coisas, mantém e conserva o *status quo*, monopoliza e concentra decisões, e oferece uma administração autoritária e autocrática.

QUESTÃO 55

COMENTÁRIO:

A liderança diretiva pode, sim, ser adequada mediante conflitos dentro de um grupo de trabalho, pois, por definição, o líder diretivo deve deixar claro o que é esperado do grupo, deve orientar a execução dos trabalhos e deve também fornecer instruções precisas de como o trabalho deve ser realizado, sem que, dessa forma, crie sentimentos de insatisfação nos empregados.

QUESTÃO 56

COMENTÁRIO:

O item está correto e, além das características apresentadas, as organizações que se utilizam da gestão de competências também costumam ser abertas a novas ferramentas e técnicas administrativas, costumam ter bom índice de adaptabilidade a novos desafios e costumam apresentar boa estrutura de desenvolvimento de recursos humanos.

QUESTÃO 57

COMENTÁRIO:

Em adição ao que foi apresentado pela questão, que está toda correta, é importante também lembrar que as avaliações de desempenho permitem que o subordinado conheça o que o seu superior pensa dele e também funcionam como indicador para que se melhore os índices de produtividade.

QUESTÃO 58

COMENTÁRIO:

O item está correto. A cultura organizacional é estruturada por um sistema de valores compartilhados pelos colaboradores de uma organização. Esses valores geralmente estão ligados à competitividade e agressividade das pessoas, a sua estabilidade, o seu grau de inovação, a sua disposição de assumir riscos e sua orientação para resultados, entre outros.

QUESTÃO 59

COMENTÁRIO:

O **líder autocrático** é, na verdade, um líder centralizador, monopolizador de decisões, imprevisível e dominador. Quem delega a autoridade e encoraja a participação dos membros da equipe é o **líder democrático**.

QUESTÃO 60

COMENTÁRIO:

Outros exemplos incluem programas de exercícios físicos, disponibilização de informações nutricionais do cardápio do refeitório, incentivo a programas culturais, etc. Estudos recentes mostram que as ações de responsabilidade social sempre estão direta ou indiretamente relacionadas ao lucro das empresas.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE LEI ORGÂNICA DO DF ELABORADOS PELA PROFESSORA GORETTE, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

GORETTE

É Mestra em Direito Público, formada pela Universidade Ceub e professora de Direito Constitucional com obras publicadas na área de concursos públicos.

QUESTÃO 61

COMENTÁRIO:

Questão errada, pois é garantida a independência funcional aos integrantes da categoria de delegado de polícia, conforme o que dispõe o art. 119, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

QUESTÃO 62

COMENTÁRIO:

Questão errada, pois a Polícia Civil, órgão permanente dirigido por delegado de polícia de carreira, incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, conforme consta do art. 119, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

QUESTÃO 63

COMENTÁRIO:

Questão errada, pois, de acordo com o art. 19, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira.

QUESTÃO 64

COMENTÁRIO:

Questão correta, pois consoante com o que dispõe o art. 23, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

QUESTÃO 65

COMENTÁRIO:

Questão errada, pois caracteriza um dos objetivos prioritários do Distrito Federal, de acordo com o art. 3º, inciso VI, da Lei Orgânica do DF.

QUESTÃO 66

COMENTÁRIO:

Questão correta, por tratar do que está disposto no art. 4º da Lei Orgânica do Distrito Federal.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO ELABORADOS PELO PROFESSOR RAPHAEL SPYERE DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Raphael Spyere

Graduando em Direito pelo UniCeub, Raphael é professor de Direito há sete anos. Leciona Regimentos Internos de Tribunais, tendo ministrado aulas em cursos

preparatórios para concursos públicos em todo o País. Atualmente, leciona, também, tópicos de Direito Administrativo, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 8.112/1990.

QUESTÃO 67

COMENTÁRIO:

Na verdade, tanto a Polícia Federal como a Polícia Civil são órgãos integrantes da estrutura organizacional de sua entidade federativa, respectivamente: União e Estados/DF. Essas não guardam relação de subordinação entre si, daí se entendendo que não haverá hierarquia entre suas polícias.

QUESTÃO 68

COMENTÁRIO:

Em meu livro **Ensaio sobre o Direito Administrativo**, a jurisprudência é entendida como o conjunto de decisões reiteradas proferidas por Tribunais, sobre casos concretos semelhantes. Possui grande importância como fonte do Direito Administrativo, ao lado da legislação, doutrina e costumes, pois não raras vezes a opinião judicial aborda questão administrativa polêmica que não foi devidamente dirimida por nenhuma das outras fontes. Como regra, e daí a veracidade da questão em comento, a jurisprudência não possui efeito vinculante. No entanto, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, o STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, desde sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (2008, p. 21-22).

QUESTÃO 69

COMENTÁRIO:

O princípio da publicidade, elencado junto a outros princípios explícitos na CF/1988, art. 37, *caput*, impõe à Administração Pública desenvolver seus trabalhos com transparência, de modo que os destinatários (em regra, os cidadãos) ou mesmo órgãos e entidades públicas possam realizar controle de legalidade ou de mérito. Diante desse contexto, torna-se indispensável que a publicidade das atividades administrativas se dê por meios oficiais escritos, como os Diários Oficiais, consoante a tradição do direito de confiar maior credibilidade nessa forma de divulgação.

QUESTÃO 70

COMENTÁRIO:

Os agentes públicos temporários citados na questão não possuem nem cargo nem emprego público, mas tão somente funções públicas. Segundo o art. 37, IX, da Magna Carta, a Administração poderá contratar os referidos agentes em períodos de relevante e excepcional interesse público, devidamente tipificados em lei. Em 1993, a Lei nº 8.745, art. 2º, cuidou de enumerar as hipóteses de relevante e excepcional interesse público que ensejam contratação temporária pelos órgãos, autarquias e fundações públicas federais. São exemplos: calamidade pública, surtos endêmicos, recenseamento pelo IBGE, dentre outras.

QUESTÃO 71

COMENTÁRIO:

A afirmativa da questão vai de encontro ao disposto no art. 37, § 6º, da Constituição da República. Por força desse dispositivo, o agente público que, por comportamento culposo ou doloso, omissivo ou comissivo, incorrer em dano, responderá por meio de ação regressiva proposta pela entidade, a qual a vontade pública manifestava (teoria do órgão) na ocasião do evento danoso. Trata-se da responsabilidade subjetiva consagrada constitucionalmente ao agente.

QUESTÃO 72**COMENTÁRIO:**

O poder de polícia, entendido como a prerrogativa que tem as entidades públicas de limitar liberdades individuais em proveito dos interesses coletivos, poderá se manifestar de duas maneiras diferentes: como polícia administrativa ou como polícia judiciária. Essa incide sobre comportamentos reprováveis penalmente, o que poderá conduzir a “prisão” da pessoa, enquanto aquela incide sobre comportamentos censuráveis administrativamente, ocasionando a restrição do uso de bens ou do exercício de determinadas atividades particulares. Em resumo: a polícia administrativa não incide sobre pessoas enquanto a polícia judiciária incide.

QUESTÃO 73**COMENTÁRIO:**

O abuso de poder poderá se manifestar de duas maneiras diferentes: excesso de poder ou desvio de poder (esse último também denominado desvio de finalidade). A questão, na verdade, explica uma hipótese de excesso de poder ao afirmar “prática de ato fora dos limites da competência administrativo do agente”. Está-se diante de vício de incompetência.

QUESTÃO 74**COMENTÁRIO:**

Por força do princípio da inafastabilidade da jurisdição, Kleber poderá propor ação judicial independente do trânsito em julgado administrativo, atacando eventual ilicitude da decisão prolatada pela Administração e não aspectos de oportunidade e conveniência (não cabe apreciação judicial de mérito).

QUESTÃO 75**COMENTÁRIO:**

Ato administrativo é uma modalidade de ato da Administração. Esse é gênero enquanto aquele é espécie. Assim, ato da administração engloba ato administrativo e não o contrário, como insinua a questão. São outras espécies de atos da administração: contratos administrativos, atos materiais, atos políticos, atos de direito privado, dentre outros (DI PIETRO, 2008, p. 179-180).

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL ELABORADOS PELA PROFESSORA NELMA FONTANA, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

NELMA FONTANA

Sólida experiência na área de preparação para concursos públicos em Brasília, tendo sido aprovada em diversos certames. Foi servidora do Supremo Tribunal Federal, lotada no Gabinete da Ministra Ellen Gracie. Atualmente, dedica-se exclusivamente ao magistério. Formação acadêmica: Graduada pela Universidade de Brasília, Especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina, em parceria com o Instituto de Direito Público de Brasília. Pós-graduada em Direito Constitucional pela Universidade Católica de Brasília.

QUESTÃO 76

COMENTÁRIO:

A Constituição Federal assegura ao preso a preservação de sua integridade física e moral (art. 5º, inciso XLIX). Assim, a responsabilidade civil pela morte de Marcos é do Estado, que foi ineficiente e não resguardou a vida daquele que estava sob sua custódia.

QUESTÃO 77

COMENTÁRIO:

A Constituição Federal resguarda o direito de as presidiárias permanecerem com os seus filhos durante o período de amamentação (art. 5º, inciso XLIX), cabendo ao Estado desenvolver políticas públicas que assegurem às crianças o direito ao aleitamento materno.

QUESTÃO 78

COMENTÁRIO:

Conforme preceitua o art. 136 da Constituição Federal, o Estado de Defesa visa à preservação ou ao restabelecimento da ordem pública ameaçada por grave ou iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Cabe ao Presidente da República decretar o estado de defesa e dentro de vinte e quatro horas submeter o ato ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. Caso o decreto seja rejeitado, o estado de defesa cessa imediatamente.

QUESTÃO 79

COMENTÁRIO:

A Lei Maior brasileira admite a restrição de alguns direitos fundamentais na vigência de estado de sítio (art. 139 da CF). Todavia, a Constituição Federal veda expressamente a prática de tortura, não havendo razoabilidade a relativização dessa norma, pois se coaduna perfeitamente com a dignidade da pessoa humana (fundamento da República Federativa do Brasil) e com a prevalência dos direitos humanos (princípio que rege as relações internacionais do Brasil)

Assim, toda prática de tortura é inconstitucional no Brasil.

QUESTÃO 80

COMENTÁRIO:

O inciso V do art. 142 da Constituição Federal proíbe o militar da ativa de se filiar a partido político.

QUESTÃO 81

COMENTÁRIO:

O Brasil adota, preferencialmente, o critério *jus solis* como definidor da nacionalidade brasileira. Assim, o nascido no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, é brasileiro nato, a não ser que os pais estrangeiros estejam a serviço oficial de seu país de origem (artigo 12, inciso I da CF).

QUESTÃO 82

COMENTÁRIO:

A competência para fazer a classificação indicativa de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão é exclusiva da União (artigo 21, inciso XVI). Cumpre esclarecer que as competências exclusivas são indelegáveis, de forma que o Distrito Federal não poderia atender a solicitação de Leila.

QUESTÃO 83

COMENTÁRIO:

A Constituição Federal vigente impediu os municípios de criarem tribunais de contas, de forma que o controle externo das Câmaras municipais é exercido com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou pelo tribunal de contas do município, mas apenas aqueles já existentes à época da promulgação da atual Constituição.

QUESTÃO 84

COMENTÁRIO:

O adolescente a partir de quatorze anos de idade já pode exercer atividade laboral, mas dos quatorze aos dezesseis anos na condição de aprendiz. Todavia, a Constituição veda qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de dezoito anos. Assim, o advogado orientou corretamente o dono do restaurante.

QUESTÃO 85

COMENTÁRIO:

A Constituição Federal cria uma espécie de estabilidade provisória ao empregado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, mesmo como suplente, até um ano após o final do mandato. No entanto, em caso de falta grave, a estabilidade não subsiste.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO PENAL ELABORADOS PELA PROFESSORA ROBERTA CORDEIRO, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS**ROBERTA CORDEIRO**

Professora de Direito Penal. Juíza Criminal.

QUESTÃO 86

COMENTÁRIO:

O princípio da legalidade é o mais importante princípio constitucional explícito, previsto no art. 5º, inciso XXXIX, da CF e no art. 1º do Código Penal. Segundo ele, não há crime sem lei anterior que o defina e nem pena sem prévia cominação legal. Esse princípio traz implícitos dois outros: o princípio da reserva legal e o da anterioridade da lei penal.

Assim, só haverá crimes quando houver previsão na lei. A medida provisória é uma espécie normativa prevista na Constituição Federal e a ela não cabe criar crimes ou cominar penas, nem mesmo podendo disciplinar matérias em Direito Penal, ainda que em benefício do réu, conforme disposto no art. 62, § 1º, inciso I, *b*, da CF.

Além do mais, a lei penal é descritiva e não proibitiva, havendo tipicidade de conduta quando se enquadrar em um tipo penal, ou seja, quando houver enquadramento, amoldamento de uma conduta em um tipo penal.

QUESTÃO 87

COMENTÁRIO:

A regra no Direito Penal é o princípio da legalidade, que engloba os princípios da reserva legal e anterioridade da lei penal, ou seja, somente a lei pode criar crimes e cominar penas, devendo a lei, bem como a pena, estarem em vigor antes do cometimento do fato.

Como consequência do princípio da legalidade, há o princípio da irretroatividade da lei penal. Se a lei penal deve estar em vigor antes do cometimento do fato, esta lei só pode ser irretroativa.

Ocorre que, excepcionalmente, a lei penal poderá retroagir, nos termos do art. 2º do Código Penal, ou seja, quando beneficiar o réu. Assim, sendo a lei posterior de qualquer modo mais benéfica ao réu, ela retroagirá, ainda que o processo já esteja na fase da execução, ou seja, ainda que o fato já tenha sido decidido por sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 88

COMENTÁRIO:

Abolitio criminis é a lei posterior que deixa de considerar o fato como criminoso. É uma causa de extinção da punibilidade. Nos termos do art. 2º, *caput*, do Código Penal, a lei posterior que deixa de considerar o fato como criminoso retroage, apagando todos os efeitos penais da condenação, como é o caso da reincidência, permanecendo os efeitos civis, sendo que estes último permanecerão.

QUESTÃO 89

COMENTÁRIO:

A lei penal no espaço, tratada pela doutrina, tem como desdobramentos a territorialidade e a extraterritorialidade.

Territorialidade é a aplicação da lei brasileira aos crimes praticados dentro do território nacional, nos termos do art. 5º do Código Penal. Mas a territorialidade adotada pelo Código Penal é uma territorialidade mitigada, temperada ou relativa, pois se aplica a lei brasileira ao crime praticado dentro do território nacional sem prejuízo dos tratados, convenções e regras de Direito Internacional.

Extraterritorialidade é a aplicação da lei brasileira ao crime praticado fora do território nacional. Ela possui duas espécies: incondicionada, prevista no art. 7º, inciso I e § 1º; e condicionada, prevista no art. 7º, inciso II e § 3º, com as condições do § 2º do mesmo art. 7º, do Código Penal.

Um dos casos de extraterritorialidade incondicionada é a hipótese do artigo 7º, inciso I, alínea c, que é exatamente o caso desta questão. É um caso de extraterritorialidade incondicionada, pois não está sujeita a nenhuma condição, devendo o agente ser processado no Brasil, ainda que já tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro (art. 7º, § 1º, do CP).

QUESTÃO 90

COMENTÁRIO:

O princípio da bagatela ou princípio da insignificância ocorre quando o fato não lesionou o bem jurídico tutelado pela norma. Ocorre nos casos em que a coisa possui um ínfimo valor, não havendo tipicidade na conduta do agente.

O STJ admite a aplicação do princípio da bagatela no crime de furto, quando o valor dos bens furtados for insignificante. Nesse sentido está o seguinte julgado: HC nº 110.875/SP, entre outros:

“POLICIAL – QUESTÃO QUE NÃO FOI EXAMINADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL – CONHECIMENTO PARCIAL. OBJETO CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSA R\$68,00 – IMEDIATA DEVOLUÇÃO DO BEM À PESSOA DA VÍTIMA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU PENAL – HABEAS CORPUS – TENTATIVA DE FURTO – AUSÊNCIA DE DEFENSOR NA FASE BAGATELA – POSSIBILIDADE. PEDIDO CONCEDIDO.

1. Se o bem tutelado é de ínfimo valor e nem mesmo chegou a ser ofendido, não há relevância na conduta praticada e o princípio da insignificância deve ser aplicado, afastando-se a tipicidade. 2. Ordem concedida.” (Ministra Jane Silva, 6ª Turma, julgamento em 11/11/2008).

QUESTÃO 91

COMENTÁRIO:

Crime próprio é aquele que só pode ser praticado por determinadas pessoas. Somente pessoas que possuam uma qualidade de fato ou de direito podem ser sujeitos ativos desses crimes, como ocorre com o crime de infanticídio e os crimes funcionais praticados contra a Administração Pública.

Elementar do crime é todo elemento essencial que, se retirado do tipo penal, desaparece ou se transforma em outro. Assim, se retirada a elementar “funcionário público” do tipo penal, não haverá o crime funcional, mas haverá outro crime ou mesmo nenhum.

QUESTÃO 92

COMENTÁRIO:

Crime é todo fato típico, ilícito e culpável. O fato típico é composto de quatro elementos: conduta, resultado, nexo causal e tipicidade.

Nexo causal é o elo entre a conduta e o resultado.

Quanto às causas existentes, podem ser dependentes (que se inserem na linha de desdobramento causal) ou independentes (absolutamente ou relativamente independentes).

As causas relativamente independentes podem ser preexistentes, concomitantes e supervenientes. As últimas estão disciplinadas no art. 13, § 1º, do Código Penal: a superveniência de causa relativamente independente quando produz por si só o resultado, o agente não responde pelo resultado, mas apenas pelos atos até então praticados. É o caso da questão: o que causou a morte de Antônio foram as queimaduras e não as feridas causadas por Pedro. Logo, Pedro não responderá pelo resultado morte, mas apenas por tentativa.

QUESTÃO 93

COMENTÁRIO:

Ilícitude ou antijuridicidade é a relação de contrariedade da conduta praticada pelo agente com o ordenamento jurídico. Todo fato típico, em princípio é ilícito, salvo se houver causas excludentes da ilicitude.

As causas excludentes da ilicitude estão previstas no art. 23 do CP, quais sejam: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito.

A coação moral irresistível é uma causa excludente da culpabilidade e não da ilicitude, pois quando há coação moral irresistível, do agente não se pode exigir ou outra, ou seja, exclui-se um dos elementos da culpabilidade, que é a exigibilidade de conduta diversa.

QUESTÃO 94

COMENTÁRIO:

Culpabilidade é o juízo de reprovação social incidente sobre o autor e o fato. Para alguns autores é o pressuposto de aplicação da pena.

São elementos da culpabilidade: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.

As excludentes da culpabilidade são:

A doença mental, o desenvolvimento mental incompleto, o desenvolvimento mental retardado e a embriaguez completa acidental, que excluem a imputabilidade; o erro de proibição, que exclui a potencial consciência da ilicitude; e a coação moral irresistível e a obediência hierárquica, que excluem a exigibilidade de conduta diversa.

QUESTÃO 95

COMENTÁRIO:

Concurso de crimes significa a prática de várias infrações penais por um só agente ou por um grupo de autores atuando em conjunto.

Espécies: concurso material, concurso formal e crime continuado.

Concurso material: ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, deve ser punido pela soma das penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

Concurso formal: ocorre quando o agente, mediante uma única ação ou omissão, provoca dois ou mais resultados típicos, devendo ser punido pela pena mais grave, ou por uma delas, se idênticas, aumentada de 1/6 até 1/2.

Crime continuado: ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, em condições de tempo, lugar, maneira de execução semelhantes, cria-se uma suposição de que os subsequentes são uma continuação do primeiro, formando o crime continuado.

Crimes da mesma espécie são aqueles previstos no mesmo artigo. O roubo está previsto no art. 157 do Código Penal, enquanto a extorsão está prevista no art. 158 do mesmo estatuto repressivo. Assim, não são crimes da mesma espécie, não havendo que se falar em continuidade delitiva entre eles.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL ELABORADOS PELO PROFESSOR SÉRGIO MELO, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

SÉRGIO MELO

Professor de Direito Penal e Processo Penal. Advogado da União. Ex-Procurador Federal. Ex-Técnico da Justiça Federal. Também aprovado e nomeado para os seguintes cargos públicos: Procurador da Fazenda Nacional, Defensor Público/SE e Policial Rodoviário Federal.

QUESTÃO 96

COMENTÁRIO:

Antes da reforma processual penal de 2008, embora não expressamente prevista na CF, o STF já consagrava a teoria das provas ilícitas por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada – “*fruits of the poisonous tree*”). Agora foi prevista no art. 157, § 1º, do CPP. Trata-se de uma prova que, em si, seria lícita, mas como foi obtida fruto de uma ilicitude, também será inadmissível. Saliente-se que o próprio CPP, na 2ª parte do § 1º do art. 157, traz a possibilidade de tal prova ser válida, no caso de não haver nexos de causalidade (isso é evidente, pois se não há nexos causal, não seria ilícita por derivação) ou se puder ser obtida por uma fonte independente (o § 2º do art. 157 conceitua fonte independente).

QUESTÃO 97

COMENTÁRIO:

Item I – O princípio do *nemo tenetur se detegere* significa que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo (princípio da não auto-incriminação; direito ao silêncio; direito de permanecer calado – art. 5º, LXIII, CF). Embora a autoridade policial não possa obrigar o indiciado a participar da reconstituição, sob pena de responder civilmente, administrativa e até criminalmente (ex.: abuso de autoridade) pelo seu ato, se assim proceder, não se pode afirmar que haverá nulidade do inquérito policial, pois este é um mero procedimento administrativo, de conteúdo informativo e inquisitivo, no qual não vigora o contraditório e ampla defesa. É certo, porém, que essa reconstituição não poderá ser utilizada em juízo como um meio de prova.

Item II – O IP, que é presidido pela autoridade policial (art. 4º, CPP), é um mero procedimento administrativo, de conteúdo informativo e inquisitivo, no qual não vigora o contraditório e ampla defesa. O rol das diligências previstas no art. 6º do CPP não é exaustivo, podendo a autoridade policial proceder a outras que entender necessárias.

Item III – Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público pode requisitar a abertura do IP e nos crimes de ação penal privada é preciso requerimento do ofendido (arts. 5º, II e § 5º, do CPP). Tem se entendido que o juiz não pode requisitar a abertura de IP, não obstante a previsão do art. 5º do CPP, em virtude da adoção do sistema acusatório no Direito Processual Penal brasileiro, segundo entendimento majoritário, no qual as funções de investigar, acusar e julgar são atribuídas a pessoas diferentes.

Item IV – Havendo requisição do MP, a autoridade policial deverá instaurar o IP, não podendo deixar de fazê-lo.

Item V – Nos termos do art. 17 do CPP, a autoridade policial não pode mandar arquivar os autos do IP. Somente o juiz, e desde que haja requerimento do MP, pode determinar o arquivamento do IP.

QUESTÃO 98

COMENTÁRIO:

Item I – Lavrado o auto de prisão em flagrante pela autoridade policial, essa espécie de prisão cautelar adquirirá natureza jurisdicional quando comunicada ao Juiz, que poderá mantê-la ou não. Até então, embora sujeita a críticas, é possível afirmar que terá natureza administrativa.

Item II – O quase-flagrante (também chamado de flagrante impróprio ou imperfeito) está previsto no art. 302, III, do CPP, caracterizando-se por haver perseguição.

Item III – Nos termos da Súmula nº 145 do STF, “não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”. Trata-se do chamado flagrante preparado, flagrante provocado, delito de ensaio, delito de experiência ou ainda delito putativo por obra do agente provocador. É uma hipótese de crime impossível.

Item IV – O chamado flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido é ilegal. As provas são “plantadas” pela autoridade, de maneira que o crime é simulado, devendo haver a responsabilização administrativa e penal do agente.

Item V – Esse é o conceito do chamado flagrante retardado ou diferido. Trata-se de um flagrante legal, previsto, por exemplo, no art. 2º da Lei nº 9.034/1995 (Lei do Crime Organizado). Diferencia-se do flagrante esperado, pois neste o agente aguarda o momento da prática do crime para efetuar a prisão, não deixando para outra oportunidade, como acontece no retardado.

QUESTÃO 99

Comentário:

O inquérito policial é dispensável (prescindível; não é obrigatório) ao oferecimento da denúncia, nem mesmo se instaurado o IP. Se os elementos probatórios mínimos estiverem presentes, pode o MP oferecer a denúncia, independentemente da existência do IP.

QUESTÃO 100

COMENTÁRIO:

Esse é o entendimento do STF manifestado quando do julgamento da Segunda Questão de Ordem em Inquérito Inq-QO-QO nº 2.424/RJ, Pleno, Rel. Min. Cesar Peluso, DJ 24/8/2007, assim ementado:

“EMENTA: PROVA EMPRESTADA. Penal. Interceptação telefônica. Escuta ambiental. Autorização judicial e produção para fim de investigação criminal. Suspeita de delitos cometidos por autoridades e agentes públicos. Dados obtidos em inquérito policial. Uso em procedimento administrativo disciplinar, contra outros servidores, cujos eventuais ilícitos administrativos teriam despontado à colheita dessa prova. Admissibilidade. Resposta afirmativa a questão de ordem. Inteligência do art. 5º, inc. XII, da CF, e do art. 1º da Lei federal nº 9.296/1996. Precedente. Voto vencido. Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova.”

QUESTÃO 101

COMENTÁRIO:

Nos termos do art. 158 do CPP, “quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.”

Contudo, de acordo com o art. 167 do CPP, “não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecidos os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”.

QUESTÃO 102

COMENTÁRIO:

Item **a** – Denomina-se ação penal secundária aquela que, diante de certas circunstâncias, passa a ter outra natureza, como, por exemplo, as ações penais nos crimes contra os costumes, que, em regra, são crimes de ação penal privada (art. 225, *caput*, CP). Mas se a vítima for pobre, será de ação penal pública condicionada à representação (art. 225, § 1º, I e § 2º, CP).

Item **b** – Pelo princípio da suficiência da ação penal, a ação penal é suficiente para resolver a questão prejudicial não ligada ao estado de pessoas, pois nesse caso será preciso aguardar a solução na esfera cível. Assim, o princípio da suficiência tem relação com as questões prejudiciais homogêneas, isto é, do mesmo ramo do Direito da questão principal (ex: calúnia e exceção da verdade), e não com as heterogêneas, isto é, de ramos diferentes (ex: bigamia e anulação do casamento).

Item **c** – Segundo doutrina majoritária, não seria possível a retratação da requisição do Ministro da Justiça, pois a medida não seria compatível com a seriedade do ato, além de a requisição não se submeter a nenhum prazo, desde que, evidentemente, ainda não extinta a punibilidade do agente.

Item **d** – O prazo é decadencial e inicia-se da data em que se vier a saber quem é o autor do crime, nos termos do art. 38 do CPP.

Item **e** – A ação penal privada subsidiária da pública somente é cabível no caso de inércia/omissão do MP, não sendo cabível no caso de arquivamento do IP, pois nessa situação o MP agiu, requerendo o arquivamento.

QUESTÃO 103

COMENTÁRIO:

Item **a** – Vigora no processo penal a liberdade na produção da prova, a liberdade dos meios de prova. Existem, contudo, limitações/exceções, como a vedação da prova proibida (ilícita ou ilegítima) e também quanto ao estado das pessoas, que se prova, em regra, mediante certidões (ex.: óbito, nascimento, casamento etc.). Tem previsão legal no art. 155, parágrafo único, do CPP. Alguns entendem que se trata de um resquício do denominado sistema da prova legal ou tarifada.

Item **b** – Nos termos do art. 244 do CPP, “a busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.”

Item **c** – Nos termos do art. 202 do CPP, “toda pessoa poderá ser testemunha”, inclusive crianças e doentes mentais, mas não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 do CPP quanto a estas, conforme estabelece o art. 208 do CPP.

Item **d** – O art. 5º, XII da CF dispõe que a interceptação telefônica, dentre outros requisitos, somente será permitida para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, não se admitindo sua utilização no juízo cível.

QUESTÃO 104

COMENTÁRIO:

Item **a** – Trata-se da redação prevista no art. 684, CPP.

Item **b** – Havendo consentimento do morador, não há que se falar em garantia da inviolabilidade do domicílio prevista no art. 5º, XI da CF.

Item **c** – Os requisitos fáticos para a decretação da prisão preventiva estão no art. 312 do CPP, não havendo previsão para o clamor público. O STF tem se manifestado no sentido de que o clamor público, a repercussão social e gravidade abstrata do delito, por si sós, não são suficientes para a decretação preventiva.

Item **d** – A lista das pessoas que têm direito à prisão especial está prevista no art. 295 do CPP. Trata-se de uma cela distinta da dos presos comuns. Apenas isso. É bom que se diga que não significa ter ar condicionado, frigobar, televisão etc. A prisão especial, em regra, somente pode ser concedida até o trânsito em julgado. Após, cessa o benefício.

Item **e** – Nos termos do art. 2º, *caput* e § 2º da Lei nº 7.960/1989, o juiz, ao contrário da prisão preventiva (art. 311, CPP), não pode decretar de ofício a prisão temporária e terá 24 horas para decidir a contar do recebimento da representação ou do requerimento.

QUESTÃO 105

COMENTÁRIO:

Item **a** – No caso, somente a reincidência em crime doloso impede a concessão da fiança, nos termos do art. 323, III do CPP.

Item **b** – Não é obrigatória a oitiva do MP para a concessão da liberdade provisória com fiança, nos termos do art. 333 do CPP.

Item **c** – Da decisão que concede a liberdade provisória cabe Recurso em Sentido Estrito (ResE), nos termos do art. 581, V, do CPP. Daquela que não concede, é cabível *habeas corpus* (HC), que não é recurso, mas sim ação.

Item **d** – O quebramento da fiança (art. 341 do CPP) implica a perda da metade do seu valor e o recolhimento à prisão (art. 343, CPP). Além disso, não poderá mais ser concedida a fiança no mesmo processo (art. 324, I, CPP). Contudo, nada impede que, se preenchidos os requisitos legais, seja concedida a liberdade provisória sem fiança, nos termos do art. 310, parágrafo único, do CPP.

Item **e** – Segundo o art. 322 do CPP, a autoridade policial pode conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.

COMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL ELABORADOS PELO PROFESSOR ANDRÉ PORTELA DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

ANDRÉ LUIZ ARAÚJO PORTELA

Graduado em Direito, pós-graduado em Direito Penal, pós-graduando em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, aprovado no concurso de Escrivão de Polícia Civil do DF, classificado no concurso de Delegado

de Polícia Civil de Goiás, 1ª fase, e aprovado em 27º lugar no concurso de Escrivão de Polícia Civil de Goiás. Atua como professor da Vestconursos em Legislação Especial e autor de várias publicações da Vestcon Editora.

QUESTÃO 106

COMENTÁRIO:

Questão incorreta.

Como rege o art. 2º da Lei nº 8.072/1990, os crimes hediondos e os equiparados, são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e de fiança, *in verbis*:

“Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I – anistia, graça e indulto;

II – fiança.

Todavia, após a edição da Lei nº 11.464/2007, acabou com a proibição da concessão da liberdade provisória, sem fiança, ou seja, muito embora não caiba fiança nos crimes hediondos, caberá liberdade provisória, **sem o pagamento de fiança.**

Passa a ser autorizado o seu deferimento pelo juiz, caso não estejam presentes os requisitos da prisão preventiva. Dessa forma, não incorreu em erro a autoridade judiciária.

Neste sentido, têm-se os seguintes julgados:

“STJ – RHC nº 17.264 / MS

Prisão em flagrante. Liberdade provisória. Fundamentação (falta).

1. Toda medida cautelar que afete pessoa haverá de conter os seus motivos, por exemplo, a prisão preventiva haverá de ser sempre fundamentada, quando decretada e quando denegada (Cód. de Pr. Penal, art. 315).

2. Sendo lícito ao juiz, no caso de prisão em flagrante, conceder ao réu liberdade provisória (Cód. de Pr. Penal, art. 310, parágrafo único), o seu ato, seja ele qual for, não prescindirá de fundamentação.

3. *Tratando-se de ato (negativo) sem suficiente fundamentação, é de se reconhecer, daí, que o paciente sofre coação ilegal.*

4. ***A simples capitulação legal do crime como hediondo não impede a concessão de liberdade provisória.***

5. *Recurso ordinário provido.” (grifo nosso)*

“STF - HC 87003 / RJ - RIO DE JANEIRO

*EMENTA: I. Prisão preventiva: motivação inidônea. Não constituem fundamentos idôneos à prisão preventiva a invocação da gravidade abstrata ou concreta do delito imputado, definido ou não como hediondo - muitas vezes, inconsciente antecipação da punição penal -, ou no chamado clamor público. Precedentes. II. **Liberdade provisória concedida:** extensão aos co-réus abrangidos pelo mesmo decreto.” (grifo nosso)*

QUESTÃO 107

COMENTÁRIO:

Questão incorreta.

Com relação às competências, na atual vigência da Constituição brasileira e de acordo com o entendimento predominante na jurisdição federal superior, compete à **Justiça Estadual** comum o processo por contravenção penal, ainda que praticada contra interesse da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas

Tal assunto já se encontra sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

“**Súmula nº 38**

Compete a Justiça Estadual comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.” (grifo nosso)

QUESTÃO 108

COMENTÁRIO:

A questão está correta.

Compete à Justiça Comum julgar o crime de abuso de autoridade praticado por militar, ainda que em serviço.

Rege o art. 124 da Carta Magna:

“Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.”

Ainda quanto ao tema, rege a súmula do STJ

“STJ Súmula nº 172

Compete à Justiça Federal processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço.”

Quando houver concurso de crime, como, por exemplo, abuso de autoridade e homicídio praticado por policial militar, a competência ainda assim será da Justiça Comum, no caso o Tribunal do Júri.

QUESTÃO 109

COMENTÁRIO:

Questão incorreta.

Primeiramente, necessário se faz observar que Manoel fora autuado em flagrante delito por ter cometido a figura típica do latrocínio (roubo + morte). Esse delito ora estudado, encontra-se capitulado nos crimes contra o patrimônio e não contra a vida.

Rege o art. 3º da Lei nº 10.054/2000, *in verbis*:

“Art. 3º O civilmente identificado por documento original não será submetido à identificação criminal, exceto quando:

I – estiver indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público;” (grifo nosso)

Dessa forma, o delegado de polícia poderá submeter Manoel à identificação criminal tendo em vista o art. 3º, I, da Lei nº 10.054/2000.

QUESTÃO 110

COMENTÁRIO:

Correta a questão.

A ação controlada nada mais é que o flagrante retardado.

Encontra-se com amparo legal no art. 2º, II, da Lei nº 9.034/1995, e “consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida

legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações”.

QUESTÃO 111

COMENTÁRIO:

Correta a questão.

Trata-se da literalidade do art. 1º, II, da Lei nº 9.455/1997, que elenca as formas de tortura.

“**Art. 1º** Constitui crime de tortura:

II – submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena – reclusão, de dois a oito anos.”

Com relação à classificação do delito, informa-se que é um crime material e próprio, cujo elemento do objetivo do tipo é “submeter”, que significa sujeitar ou ainda subjugar.

O delito se consuma quando o agente submete a vítima a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, não sendo necessária a morte do sujeito passivo.

Outro ponto a ser observado é que a tortura é uma figura equiparada ao hediondo. Equiparar é diferente de ser propriamente hediondo.

QUESTÃO 112

COMENTÁRIO:

Questão Correta.

Rege o tema o art. 1º, § 5º, da lei de tortura:

*“§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício **pelo dobro do prazo da pena aplicada.** (grifo nosso)*

Ainda sobre o delito ora estudado e tratando do efeito da condenação, pode-se afirmar que é automática a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Neste sentido, têm-se os seguintes julgados:

“STJ - HC nº 92.247/DF

Ementa

HABEAS CORPUS. LEI Nº 9.455/1997. CONDENAÇÃO POR CRIME DE TORTURA. PERDA DO CARGO PÚBLICO. IMPOSIÇÃO PREVISTA NO § 5º, DO ART. 1º, DA REFERIDA LEI. EFEITO AUTOMÁTICO E OBRIGATÓRIO DA CONDENAÇÃO. DESNECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO. PRECEDENTE DESTA CORTE.

1. Ao contrário do disposto no art. 92, I, do Código Penal, que exige sejam externados os motivos para a decretação da perda do cargo, função ou emprego público, a Lei nº 9.455/1997, em seu § 5º, do art. 1º, prevê como efeito extrapenal automático e obrigatório da sentença condenatória, a referida penalidade de perda do cargo, função ou emprego público.

Precedente do STJ.

2. Ordem denegada.” (grifo nosso)

No que tange a esses efeitos, fica excluída a aplicação do art. 92, I, CP tendo em vista a aplicabilidade da Lei nº 9.455/1997.

“Art. 92.

São também efeitos da condenação:

I – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.”

Observa-se ainda que só será declarada a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada após o trânsito em julgado da decisão condenatória, vez que o réu poderá recorrer.

QUESTÃO 113

COMENTÁRIO:

Questão correta.

A prisão temporária, forma de prisão provisória, encontrada na Lei nº 7.960/1989, afirma que esta “será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.”

Todavia, em se tratando de crimes hediondos e/ou equiparados, o prazo é modificado, passando para 30 dias prorrogáveis por igual período.

QUESTÃO 114

COMENTÁRIO:

Rege o tema o art. 2º, § 1º, da Lei nº 9.296/1996, *in verbis*:

*“§ 1º Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido **seja formulado verbalmente**, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.” (grifo nosso)*

Dessa forma, questão correta, pois o pedido poderá, excepcionalmente, ser formulado verbalmente ao juiz, desde que presentes os pressupostos autorizadores de sua concessão.

QUESTÃO 115

COMENTÁRIO:

Questão correta.

Trata-se da infração penal elencada na Lei nº 7.716/1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

A questão ora examinada está diretamente relacionada com o art. 14 da lei supramencionada, como podemos perceber a seguir:=-

“Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.”

Assim, o pai de Carolina que negou a autorizar o casamento da filha com Pedro tendo em vista este ser negro, responderá pelo delito supracitado o qual é atribuída uma pena de reclusão de dois a quatro anos.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR ELABORADOS PELO PROFESSOR ARTHUR TAVARES DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

ARTHUR TAVARES

Graduando em Direito na UnB, servidor do Ministério Público da União e consultor no Gerenciamento de Estudo da Vestcon.

QUESTÃO 116

COMENTÁRIO:

Certo. Quanto ao Código Penal comum, é conveniente lembrar que a tipicidade culposa é excepcional. Isso significa que só haverá o crime na modalidade culposa se existir expressa previsão legal, conforme artigo 18 do CP. Não se verifica entre os arts. 163 e 167

tal previsão, de modo que, no Código Penal Comum, o dano culposo não constituirá crime. Isso não significa que não poderá haver a correspondente ação civil, mas não é esse o tema da presente discussão. Já o Código Penal Militar prevê expressamente no art. 266 penas mais brandas para todos os tipos de dano do Código, caso sejam praticados de forma culposa. Correta, portanto, a assertiva.

QUESTÃO 117

COMENTÁRIO:

Errado. A assertiva contradiz frontalmente a previsão do art. 5º do Código Penal Militar. Tal artigo estabelece que “considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.” Com isso, o candidato deve lembrar que o momento do crime é sempre o momento da ação ou omissão, independentemente de o resultado acontecer no mesmo momento ou vir a ocorrer depois. O mesmo vale no Direito Penal comum, conforme inteligência do art. 4º do CP.

QUESTÃO 118

COMENTÁRIO:

Certo. Novamente estamos diante de uma questão na qual basta o confronto com a letra fria da lei. A assertiva repete com exatidão a redação com art. 130 do CPM, portanto, está, sem sombra de dúvida, correta.

QUESTÃO 119

COMENTÁRIO:

Errado. Conforme o art. 53, § 1º, segunda parte do CPM: “Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.” Correta, portanto, a primeira parte da questão. Ocorre que o dispositivo transcrito traz a exceção de que haverá comunicação de circunstâncias pessoais quando forem elementares do crime. É justamente o que ocorre com a circunstância do militar no crime de peculato. Assim, não é possível dizer que o civil responderá por crime comum. Errada, portanto, a assertiva.

QUESTÃO 120

COMENTÁRIO:

Errado. O chamado crime impossível ocorre quando há se verifica as absolutas ineficácia do meio ou impropriedade do objeto. Assim como no Código Penal comum, o crime impossível, também não é punido na lei penal militar. O candidato poderia enganar-se imaginando que por uma eventual maior rigidez do CPM, caberia punição ao crime impossível, já que o agente tenta praticar o crime. Não se deixe levar por semelhante raciocínio. Nos termos do art. 32 do Código Penal Militar, nenhuma pena será aplicada no caso de crime impossível.